

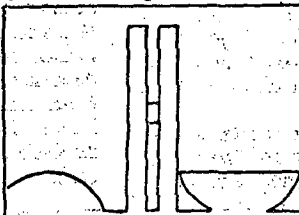
André Gustavo Stumpf

**H**A momentos definidores na história de um país. E tudo indica que o Brasil está vivendo uma dessas épocas em que a postura dos políticos e dos

representantes de grupos organizados da sociedade são essenciais para algum tipo de progresso. A era dos milhares terminou e junto com ela escorregou para o ralo da história o Plano Cruzado com seu místico tabelamento de preços; o Governo tem

diante de si a perspectiva da recessão ortodoxa ou do entendimento entre patrões e empregados através da chamada "missão Pazzianotto".

Nesta semana, alguns ministros deram sinais de desânimo como consequência da falta de alternativas de política econômica. Há, dentro do Palácio do Planalto, a noção precisa de que o país desperdiçou, no passado, uma das épocas mais favoráveis do comércio internacional, quando as taxas de juros eram baixas e o preço do petróleo estava numa cotação irrisória. Somente estes dois fatores, unidos ao fato de que em junho ou julho o país dispunha de reservas substancialmente elevadas, recomendavam uma incisiva negociação com os bancos norte-americanos, que não foi tentada.



Coisas da política

A retórica utilizada pelos brasileiros assustou os banqueiros internacionais e impediu qualquer acordo. O país perdeu a histórica oportunidade de renegociar a dívida externa em situação de força. Mais que isso, assistiu incrédulo à queda de sua popularidade, enquanto os principais indicadores da economia nacional desabavam. O superávit do balanço comercial, que vinha se mantendo em torno de um bilhão de dólares nos últimos doze meses, reduziu-se para um ridículo saldo de pouco mais de cem milhões. As reservas brasileiras, que estavam em doze, desceram para cinco bilhões de dólares. E hoje estão mais baixas.

Diante deste cenário de horror, um dos principais negociadores do Brasil com credores estrangeiros limitou-se a um constrangido comentário na semana passada, em Brasília. "A política econômica brasileira conseguiu fazer com o país o que nenhuma retaliação norte-americana jamais pretenderia alcançar." Essas reações isoladas e a falta de alternativas econômicas provocaram elevação de juros e um movimento especialmente significativo de formação de estoques depois que transpirou a idéia de que o Governo planejava realinhar preços e novamente recorrer ao congelamento.

Os ministros da área econômica trabalham com cronogramas apertados, porque o país está praticamente parado, no aguardo de definições. Os empresários, nacionais ou estrangeiros, que teriam hesitações em realizar investimentos num país que vai passar por um processo constituinte, possuem, agora, outra razão para cautela: ninguém sabe exatamente como será o

Brasil econômico da semana que vem, porque há divergências dentro do Governo e dificuldades em harmonizar as posições conflitantes com as exigências do PMDB. O Governo trabalha com um "prazo político", que na prática significa terminar a reforma antes de a Constituinte ser instalada.

São duas linhas de raciocínio econômico que se cruzam e se opõem. O rigor dos técnicos já não consegue entusiasmar o governo federal, que possui outros canais de informação e percebe as chances perdidas no plano interno e na negociação externa. O Brasil, na análise de assessores do Presidente, repetiu o exemplo da Argentina e desperdiçou um ano discutindo retoricamente o que fazer com sua economia. É difícil perceber onde o Governo pode impor mais sacrifícios a uma sociedade já cheia de depósitos compulsórios, elevadíssima carga tributária e restrições de toda ordem para a atividade econômica. Mas os economistas querem mais restrições.

Outra idéia tem como defensores os ministros Almir Pazzianotto, Celso Furtado e Raphael de Almeida Magalhães. Eles querem que o Governo reduza a massa de encargos sociais compensatórios. O Governo distribui leite gratuito para a população, entrega livros e cadernos para os estudantes de primeiro ciclo, que recebem, também, merenda escolar, distribuída em todo o país numa verdadeira operação de guerra. Na última reunião do Conselho de Desenvolvimento Social, por exemplo, os ministros descobriram, assustados, que o governo federal tem seis programas de alimentação que se superpõem.

A proposta é reduzir esses encargos e aumentar o salário do trabalhador. Diz um daqueles ministros: "Quando você distribui cadernos e lápis ao estudante e o lápis chega com a ponta quebrada, o Governo está gerando insatisfação, porque fica com a fama de estar entregando material ruim. Quer dizer, uma gigantesca operação para facilitar a vida do estudante, que exige uma máquina burocrática descomunal, termina não solucionando problema nenhum, além de passar pelas escalas naturais de corrupção e clientelismo". Essas discussões vão continuar, porque nenhuma decisão deste porte poderá ser tomada em prazo curto.

O presidente Sarney diz que "o país vai ultrapassar seus problemas porque não existe nenhuma crise estrutural". Os problemas são circunstanciais, mas os prazos são exigüos. O refinanciamento das dívidas vencidas no Clube de Paris concedeu outro fôlego aos negociadores brasileiros, que ganharam algum tempo para conversar com os norte-americanos. Mas, no plano interno, o jogo tem outro desenho: no próximo dia 1º de fevereiro, a Assembleia Nacional Constituinte vai se instalar e roubar a cena política. Esse é o momento especial de um governo que precisa apostar agora no entendimento, porque, a partir do próximo mês, os partidos terão menos valor que os membros da Constituinte e, ao invés de uma negociação, a Presidência da República será levada a realizar diversos e múltiplos entendimentos paralelos.

André Gustavo Stumpf é repórter especial do JORNAL DO BRASIL em Brasília.